

CEBRI
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**



Realinhamentos Políticos
e Econômicos Globais

Implicações
para o Brasil

Conversas estruturadas IV

Crises do antropoceno, sustentabilidade, saúde global e a formação de consensos para políticas multilaterais

Organização:
Carlos R. S. Milani

Participantes:**Professor Dr. Bertrand Badie**

Bertrand Badie é Professor Emérito de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Sciences Po Paris. Ele é Diretor do Programa de Doutorado em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos de Paris (IEP). Ele foi Diretor do Center for International Peace Studies and Conflict Resolution da Rotary Foundation - Institut d'Etudes Politiques e Diretor de Publicações da Imprensa de Sciences Po (Imprensa Universitária). Ele foi membro do Comitê Executivo da Associação Francesa de Ciência Política, membro do Comitê Executivo da International Political Science Association (IPSA), e Presidente do Programa do 26º Congresso Mundial da IPSA.

Embaixador Rubens Ricupero

Conselheiro Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Embaixador Ricupero exerceu os cargos de Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, bem como de Ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Entre 1995 e 2004, dirigiu como Secretário Geral, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra. Atualmente é Diretor da Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo. Foi professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil do Instituto Rio Branco e de Teoria das Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Professor Dr. Thomas Diez

Thomas Diez é Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade de Tübingen. De 1997 a 2000, foi Research Fellow no Copenhagen Peace Research Institute e, posteriormente, de 2000 a 2009, Professor, Conferencista Sênior e depois Professor de Relações Internacionais e Chefe de Departamento na Universidade de Birmingham.

Professora Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue

Cristina Yumie Aoki Inoue é Professora Associada do Environmental Governance and Politics chair group do Departamento de Geografia, Planejamento e Meio Ambiente (GPE) da Universidade de Radboud, Holanda, e pesquisadora sênior voluntária do Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Dra. Maria Cecília Oliveira

Maria Cecília Oliveira é líder de projetos para o grupo "Reconfigurações democráticas de transformações de sustentabilidade" no Institute for Advanced Sustainability Studies, Potsdam, Alemanha.

Dr. Christopher Kurt Kiessling

Bolsista de pós-doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) co-financiado pela Universidade Católica de Córdoba. Coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais (Universidade Blas Pascal). Professor de graduação e pós-graduação na Universidade Católica de Córdoba e na Universidad Blas Pascal.

Ao longo de 2021, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em parceria com a Fundação Konrad Adenauer (KAS), está desenvolvendo um projeto sobre questões relacionadas ao realinhamento da política internacional e da economia global, e suas implicações para o Brasil e suas relações exteriores. O projeto inclui eventos, 'Conversas Estruturadas' (entrevistas) com especialistas e a produção de documentos (*policy papers*) sobre quatro temas amplos:

- Realinhamentos e formulação da política externa: espaços nacionais e regionais e inserção global;
- O comércio e as transformações na economia política internacional;
- A inovação tecnológica e a economia digital;
- Crises antropocênicas, sustentabilidade, saúde global e construção de consenso para políticas multilaterais.

Estas Conversas Estruturadas referem-se ao quarto eixo temático do projeto. As discussões estão centradas em reflexões fundamentais para compreender o momento atual de ruptura causado pela Covid-19 e sua relação com a crise climática. O objetivo foi obter a contribuição de especialistas de várias regiões sobre o impacto da crise pandêmica para a compreensão do Antropoceno e as possibilidades de respostas do atual sistema multilateral aos atuais desafios ambientais e sociais que vivenciamos. Além disso, os especialistas responderam perguntas sobre o papel de diferentes atores não governamentais na ação climática, e como os regionalismos podem se tornar arranjos favoráveis para a adoção de políticas conjuntas entre nações, tais como os *Green Deals*. Neste sentido, o eixo "Crises antropocênicas, sustentabilidade, saúde global e construção de consenso para políticas multilaterais", coordenado pelo Professor Carlos R. S. Milani, procura apresentar as perspectivas dos entrevistados sobre as possibilidades do multilateralismo na era climática.

Sumário

Pergunta 1. Quais seriam os principais aprendizados com a crise pandêmica da Covid-19 e como se relacionam com os desafios postos ao regime climático multilateral? Como ambas as crises (sanitária e climática) nos ajudam a entender o sentido político do Antropoceno como eixo norteador das políticas públicas nacionais e internacionais?..	5
Pergunta 2. Como o atual regime climático multilateral responde aos desafios postos pelo reconhecimento de que entramos nesta nova Era do Antropoceno? Haveria inovações, na sua opinião, necessárias para torná-lo mais efetivo em matéria de mitigação e adaptação?	10
Pergunta 3. Com relação aos atores, ademais dos estados e das organizações internacionais, qual seria o papel dos mercados de carbono e de outras iniciativas tomadas pelos operadores econômicos nacionais e transnacionais? Qual seria o papel das organizações da sociedade civil? E das Universidades, que tanto têm se adaptado a fim de dar seguimento a suas pesquisas e ao ensino não-presencial no Brasil e no mundo?	14
Pergunta 4. Diante das dificuldades encontradas no âmbito do multilateralismo universal (Nações Unidas), como as diferentes regiões respondem aos desafios climáticos e sanitários? Que contribuições o regionalismo e suas experiências além do espaço europeu (na África, na América Central, na América do Sul, no Oriente Médio e na Ásia, por exemplo) poderiam trazer para a reflexão sobre possíveis cenários futuros (Green new deals, transições energéticas, transições ecológicas e sociais, etc.)? A opção regional seria uma alternativa viável para pensarmos como viver no Antropoceno diante da crise do multilateralismo universal?	17
Contribuições em formato de texto	22
Participantes	31

***Pergunta 1.** Quais seriam os principais aprendizados com a crise pandêmica da Covid-19 e como se relacionam com os desafios postos ao regime climático multilateral? Como ambas as crises (sanitária e climática) nos ajudam a entender o sentido político do Antropoceno como eixo norteador das políticas públicas nacionais e internacionais?*

Professor Dr. Bertrand Badie: A crise pandêmica é um passo muito importante em nosso processo de descoberta do novo mundo, principalmente por três razões. A primeira é que é a primeira vez na história mundial que todas, ou quase todas as pessoas, foram impactadas simultaneamente pela mesma ameaça. Se considerarmos isto através da história das Relações Internacionais, as ameaças estavam anteriormente impactando uma parte da população mundial, e de forma diferente de um país para outro. Esta mudança é uma característica muito importante, pois leva a uma encarnação real do que eu chamaria de "situação global", na qual uma questão de segurança é comumente dirigida a todos os seres humanos do mundo. A segunda lição que temos que tirar da pandemia é que todas as ameaças globais, como por exemplo, aquelas à saúde, ao meio ambiente, à segurança alimentar e econômica, estão interligadas. Estamos em um mundo no qual uma ameaça está desencadeando outras ameaças. Estamos em um mundo sistêmico no qual todas as ameaças estão interagindo umas com as outras. Estamos nos movendo de um mundo monocausal para um mundo sistêmico. E a terceira, e provavelmente a maior lição que temos que tirar desta crise pandêmica, é que esta nova ameaça não é provocada por estrategistas nem por um inimigo, ou implica um jogo de soma zero, mas é produzida pelo sistema e está visando a dimensão humana do sistema. Este momento trágico da nossa história está mostrando algo muito importante: que a segurança não depende necessariamente da vontade de um parceiro hostil, pois a ameaça vem de todo o sistema.

Temos agora que reconsiderar o conceito de segurança, passando de uma percepção causal para uma percepção sistêmica. Isso é muito difícil para o cérebro humano, porque durante muitos séculos, os humanos consideraram as ameaças como necessariamente dependentes de uma causa, com estrategistas manipulando esta causa. É muito difícil imaginar um regime de segurança sem um inimigo. O inimigo foi

considerado como o verdadeiro ponto de partida do comportamento de defesa contra todas as ameaças. Agora temos que pensar em ameaças sem considerar qualquer disposição hostil.

Doutora Cecilia Oliveira: Apesar da agilidade científica que desenvolveu rapidamente uma vacina em resposta à Covid-19, a pandemia trouxe para o centro da política a linha tênue dos efeitos das desigualdades planetárias e a força da economia de mercado que pouco parou e muito se diversificou. Portanto, após quase 2 anos de pandemia, observamos que para as populações miseráveis e pobres do planeta, a situação se agravou, mas não se apartou do estado contínuo pré pandemia de precarização do trabalho, violência, e debilitado acesso ao sistema de saúde. Muitos desses foram ou ainda são aqueles mais expostos à contaminação, compondo as estatísticas de vidas perdidas, quando não escamoteadas por seus respectivos governos. Por outro lado, aos profissionais liberais e à parcela da população voltada ao processo de normalização durante a pandemia, vimos a intensificação dos programas escolares e universitários virtualizados, jornadas de trabalho ampliadas pelo home office, o dia a dia normalizado pelas compras online e entretenimento on demand. Os monitoramentos e a codificação da vida atrelados ao mapeamento digital da pandemia tendem a intensificar controles, ou mesmo ampliar o poder das mídias sociais que também, por vezes, são chave na disseminação de autoritarismos.

Até o momento, pouco se decidiu sobre como auxiliar o contingente planetário de sobreviventes vacinados ou não da Covid 19, principalmente em países do chamado Global South. Muitas dessas pessoas apenas terão acesso à vacinação num futuro por vir. Este contingente de pessoas dependerá da vontade e agilidade de seus governos em disputar, negociar e financiar junto a empresas privadas a compra de vacinas e demais insumos médicos como oxigênio, máscaras e álcool gel.

Apesar dos avanços tecnológicos celebrados por centros de saúde digital e de monitoramento, aprendemos que os verdadeiros números de mortes no planeta, de pessoas assoladas pela pandemia, provavelmente será algo que nunca descobriremos. Cifras ocultas de uma pandemia planetária.

Vejo que a administração e as consequências da pandemia se assemelham muito ao regime climático internacional: Prescrições globais aos governos baseadas no nex

ciência-política, expectativa de implementação nacionais, dificuldade em mensurar a violência e danos, que no caso da crise climática se evidencia pelos efeitos da concentração de terras, desastres ecológicos ou privação de necessidades básicas como acesso à água. Nesse sentido, o grande aprendizado da pandemia para mim é a relação no presente de duas variáveis: economia política e saúde. Este é o eixo que conecta a pandemia à crise climática, e também evidencia que tanto a crise sanitária como a crise climática operam no que nossa sociedade tenta hoje normalizar como saúde: seja do indivíduo como população ou do planeta Terra como mitigação de mudanças climáticas. Ambas operam pela racionalidade de como assegurar a saúde. A nova saúde que a crise sanitária e climática operam ainda se mostra seletiva, limitada por nacionalismos, e calcada em discrepâncias sociais. Apesar das agendas globais hoje se declararem planetárias e engajadas ao Antropoceno, nosso presente é contraditório, e um tanto refém do imaginário westfaliano que nos impede ainda de cruzar fronteiras de programáticas jurídicas políticas e epistemológicas.

Professor Dr. Thomas Diez: Uma das principais lições da pandemia da Covid-19 em termos de governança é que a securitização funciona se houver uma ameaça iminente crível, que a maioria das pessoas está disposta a fazer alterações significativas em seu estilo de vida e que tais mudanças são de fato possíveis, mesmo que venham a um custo significativo. Isto tem algumas implicações interessantes, mas também perturbadoras, para a governança climática global. Por um lado, mostra que as pessoas nos países industrializados podem facilmente mudar algumas das rotinas a que se acostumaram e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. É possível trabalhar a partir de casa, pelo menos uma parte significativa do calendário de reuniões pode ser feita on-line, as férias podem ser tiradas mais perto de casa. Da mesma forma, é possível comer menos carne, usar mais transporte público ou comprar menos bens de consumo. Por outro lado, no entanto, as pessoas só parecem achar os processos de securitização confiáveis se a ameaça for imediata e os afetar diretamente. As imagens do momento mostram corpos empilhados nas ruas e ataques de pânico, e a maioria das pessoas parece estar disposta a fazer qualquer coisa para afastar a ameaça. A mudança climática, infelizmente, não é dessa natureza. Os efeitos das emissões de gases de efeito estufa são de longo prazo, complexos, desigualmente distribuídos e não contagiosos. Imagens de destruição por inundação, como apareceram na Alemanha no

verão de 2021, não tiveram o mesmo efeito que as fotos de Bolonha ou Nova York na primavera de 2020: levaram a protestos de curto prazo e compaixão, mas não instilaram uma sensação a longo prazo de que todos estão sendo pessoalmente ameaçados. É difícil transportar a mensagem de que no Antropoceno, as pessoas estão criando os riscos que mais tarde podem assombrá-las - a maioria de nós parece pensar em horizontes de tempo muito curtos. Uma campanha mais concertada, com mais imagens que afetam nossas emoções e menos políticos minimizando o risco, pode ajudar a mudar ainda mais o discurso, assim como os slogans do *Fridays for Future* têm sido feitos. Mas a Covid-19 levou a políticas de emergência de formas que a mudança climática não foi capaz de fazer, o que me deixa bastante cético sobre as chances que temos de conseguir que mais pessoas mudem suas vidas. E há também um terceiro aspecto. As restrições da pandemia tiveram um enorme custo financeiro, mas também tiveram graves implicações sociais. As famílias, por exemplo, acharam muito mais difícil lidar com as restrições, e as crianças ficaram fora de suas escolas por muito tempo. Isto reforça a importância da justiça quando lidamos com a mudança climática. Entre os muitos princípios que têm sido sugeridos em termos de justiça climática, o “Princípio da Capacidade de Pagamento” (Ability to Pay Principle) me parece o mais defensável: aqueles que levam vidas luxuosas (e eu me contaria entre eles) devem dar uma contribuição muito maior do que outros - e do que nós fazemos no momento. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), estabelecidas após o Acordo de Paris, devem ser submetidas a um exame muito mais rigoroso no caso dos países industrializados e, dentro desses países, uma infraestrutura ambientalmente correta deve ser financiada não por impostos fixos, mas pelo aumento dos impostos para o terço superior da pirâmide de renda.

Dr. Christopher Kurt Kiessling: Se abordarmos esta questão com esperança e otimismo, podemos reconhecer que a pandemia nos ensinou coletivamente que a agenda ambiental e climática mais ampla, bem como a agenda de saúde, estão estreitamente interligadas, e que ambas são indispensáveis para garantir o bem-estar humano. Entretanto, não tenho certeza de que tenhamos sido capazes de interiorizar estas lições e transformá-las em ação. Há evidências empíricas para argumentar que, após uma crise econômica onde as emissões de gases de efeito estufa são reduzidas, as recuperações subsequentes tendem a ser intensivas em carbono. Isto implica um

cenário no qual as emissões futuras são mais elevadas em comparação com a situação anterior sem que o nível de produção ou atividade econômica seja necessariamente maior.

Estamos, portanto, numa encruzilhada sem um fim claro em vista entre uma repetição de um cenário passado, onde a recuperação pós-pandêmica é acompanhada por um desejo ego maníaco de querer mais, mais e mais ("catching up", mais coisas, mais luxos, mais viagens, mais consumo) ou uma recuperação que coloca a economia no caminho da recuperação, mais consumo) ou uma recuperação que coloca o bem-estar humano e a redução das desigualdades no centro da agenda, mesmo à custa de certas perdas e sacrifícios nos estilos de vida das elites do Norte e do Sul globais, bem como uma reconfiguração do modelo aspiracional mantido por grandes faixas da população mundial como o objetivo final do crescimento econômico.

Finalmente, os efeitos de curto e médio prazo da pandemia da COVID-19 nas negociações internacionais sobre o regime de mudanças climáticas merecem ser levados em consideração. A realização da COP 25 em Madri, em dezembro de 2019, devido à crise social e política no Chile, o adiamento da COP 26, inicialmente prevista para 2020 e que finalmente foi realizada em novembro de 2021, bem como as dificuldades para que a sociedade civil não europeia participasse desta cúpula, indicam um possível risco de enfraquecimento da natureza universalista do regime climático. Independentemente do resultado das negociações, se o epicentro das negociações climáticas de alto nível, assim como eventos paralelos, atividades acadêmicas, conferências, etc., se tornar o continente europeu, há sérios riscos de que o enquadramento político da agenda climática se torne desconectado das agendas políticas regionais e nacionais.

Portanto, é vital recuperar rapidamente uma dinâmica de negociação que não esteja geograficamente centrada na Europa, e que a partir da América Latina em particular, espaços regionais de debate e negociações sobre a mudança climática sejam sustentados e fortalecidos, envolvendo governos, bem como a sociedade civil, a academia, o setor empresarial, os sindicatos, a mídia, entre outros atores relevantes.

Pergunta 2. *Como o atual regime climático multilateral responde aos desafios postos pelo reconhecimento de que entramos nesta nova Era do Antropoceno? Haveria inovações, na sua opinião, necessárias para torná-lo mais efetivo em matéria de mitigação e adaptação?*

Professor Dr. Bertrand Badie: Antes de tudo, não considero que exista um verdadeiro regime climático multilateral. Quanto à mudança climática, ainda estamos no primeiro passo - o passo da avaliação - fazendo perguntas como "Qual é a situação?", "Por que é necessário reagir e tomar decisões?", e "Quais são as principais metas?". Em suma, considera-se uma situação, um contexto, um projeto de ação e um alvo. Entretanto, o próprio conceito de regime internacional, que foi cunhado por Stephen Krasner, implica em normas. Contudo, no que diz respeito às questões climáticas, não atingimos o nível das normas: há algumas expectativas sobre elas, mas não há verdadeiras normas prescritivas que sejam compartilhadas por todos os Estados. Além das expectativas, precisamos de orientações prescritivas que são necessárias para intervir e desencadear uma mudança real no comportamento humano e nas políticas públicas nacionais. Em algumas das outras questões globais, poucas normas já foram estabelecidas, como é o caso da segurança sanitária e do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) promulgado pela OMS. Se levarmos em conta a insegurança alimentar, há algumas normas que organizam ações para fornecer alimentos à população faminta. Considerando a mudança climática, o Acordo de Kyoto e as COPs - especialmente a famosa COP 21, da qual tanto nos orgulhamos na França - são apenas algumas expectativas e desejos para o futuro.

Estamos aqui colocando o dedo na questão principal que está em jogo. Se você quer reagir corretamente às ameaças climáticas, você tem que pagar no curto prazo e esperar benefícios no longo prazo. Isto é completamente o oposto da racionalidade política: vencer no curto prazo e pagar no longo prazo. É completamente impossível explicar aos eleitores que você tem que pagar agora para esperar benefícios para seus netos. O que precisamos então seria mudar a essência da racionalidade política, que é totalmente o oposto da expectativa do regime climático. Se você considerar a segurança sanitária, parece mais fácil, porque quando as pessoas são ameaçadas por uma doença, como a COVID-19 neste momento, elas exigem uma reação imediata e de curto

prazo, pois parece que estão em uma situação perigosa. Com relação ao clima é exatamente o oposto. Temos que abrir os olhos e considerar que até agora só tivemos sucesso ouvindo os problemas, fazendo uma avaliação da situação trágica, e tomando consciência do perigo. No entanto, a consciência do perigo não é suficiente. É por isso que tudo está desorganizado. Embora as pessoas tenham medo da COVID-19 e da insegurança sanitária, pelo menos parcialmente, não têm medo profundo da mudança climática. O nível de medo é muito baixo. Isso porque muito poucas pessoas no mundo sentiram na pele o risco da mudança climática. Se você não vive em Chernobyl, em Bhopal ou em Seveso, você não sabe o que isso significa e implica. Por causa disso, você não consente que o governo faça gastos para se proteger contra este perigo. A mudança climática será realmente contida se a racionalidade global se tornar claramente separada da racionalidade política trivial. Isto só é possível em uma situação de emergência, e receio que o conceito de emergência não seja devidamente compreendido, percebido e concebido quando a questão da mudança climática está em jogo. É por isso que a reação permanece puramente retórica. Quando você faz a promessa de mudança nos próximos vinte ou trinta anos, ela não tem sentido, porque os governantes mudarão nesse meio tempo e as promessas serão vãs e ociosas!

Dra. Maria Cecília Oliveira: Para mim, o regime climático e o conceito de Antropoceno nos mostram novas nuances de uma racionalidade conectada ao processo de institucionalização da ciência climática como política pública, e me interessa ver como estes operam e produzem respostas de governança e principalmente novas áreas de conhecimento. Um dos pontos que me chama atenção, como pesquisadora das relações internacionais dentro dos estudos das mudanças climáticas, é como temos nas últimas décadas, desde a virada do século, inventado, utilizado e normalizado termos da ciência climática para práticas de governança do que é vivo no planeta Terra redimensionando o global para o planetário. A criação de várias áreas do conhecimento atuando nestas novas nuances, como o Science, Technology & Society (STS), Earth Governance Systems ou Environmental Humanities, e até mesmo Environmental History tomam um novo lugar não apenas na academia mas também em organizações multilaterais. No caso do atual regime climático multilateral, é interessante observar que a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas (IPCC) em 1988, do UNFCCC em 1992 e do conceito Antropoceno, primeiro com o ecologista Eugene Stoermer nos anos 1980 e posteriormente com a popularização do termo pelo químico atmosférico Paul Crutzen em 2000, sinalizam a entrada das ciências dos sistemas

terrestres no âmbito dos organismos internacionais e suas agendas planetárias. Entendo que a consolidação do regime climático e do Antropoceno (com seus defensores ou críticos) ressaltam hoje uma política da atmosfera que apesar de reconhecer os danos causados por nossos sistemas econômicos, tem normalizado nos processos governamentais os termos científicos para orientar e moldar a implementação das medidas climáticas e ambientais. Vemos isso na maior medida de mitigação planetária reconhecida pelo Tratado de Paris: o 1.5 C. Colocar um objetivo climático em graus Celsius, como o elemento diplomático-jurídico que conduzirá as relações entre todos países e demais agências implementadoras marca a dinâmica contemporânea entre ciência e política. Para mim, isto é uma resposta à novidade que é o planeta Terra como espaço da política, e o cuidado das populações e seus ambientes. O símbolo 1.5 C é visto internacionalmente desde camisetas, acampamentos de ativistas a recomendações oficiais. É hoje uma nova tecnologia governamental, baseada em um saber científico e que nos evidencia os efeitos de uma racionalidade do carbono em processo. Pensar nos fluxos tecnológicos, do conhecimento e governamentais do carbono é o atual foco de pesquisa que coordeno no *Institute for Advanced Sustainability Studies* (IASS) ao analisar o governo do que chamo de territorialidades planetárias (como a Amazônia), seja em tempos democráticos ou autoritários, por uma ecopolítica (eg. Passetti, 2020).

Professor Dr. Thomas Diez: É claro que o regime atual é insuficiente. Mesmo nos cenários mais otimistas, as temperaturas devem aumentar mais de dois graus em comparação com os níveis pré-industriais se todas as promessas políticas atuais forem cumpridas. Infelizmente, todas as tentativas para chegar a um acordo sobre um regime mais rigoroso têm falhado até agora. Vivemos em um mundo organizado em Estados soberanos, e estes Estados (e de fato seus povos) sempre insistirão no direito de tomar decisões por conta própria. Esta é a própria natureza do que chamamos de uma sociedade internacional pluralista. Há apenas duas formas de sair disto: uma estrutura mais hierárquica, aproximando-se de um governo mundial, que tem seus próprios problemas, ou alguma forma de incentivar os Estados a chegarem a um acordo sobre metas mais rígidas e vinculativas e mais cooperação. O que possivelmente incentivaria os Estados a fazer isso? Um esforço colaborativo de grandes potências talvez - os EUA sob Biden, a noção de civilização ecológica da China e as ambições da UE de desempenhar o papel de uma potência normativa verde podem de fato tornar possível um tal esforço concertado nos próximos quatro anos. Caso contrário, temo que

precisaríamos de desastres mais devastadores para levar os governos a agir, mas também para fazer com que as pessoas renunciem aos ganhos a curto prazo e pressionem os políticos a se engajar em políticas de mais longo prazo.

Dr. Christopher Kurt Kiessling: Infelizmente, o atual regime climático não está à altura dos desafios do Antropoceno. De modo geral, não acredito que haja reconhecimento a nível do Estado nacional das implicações políticas, sociais e econômicas do Antropoceno.

Entretanto, é possível reconhecer alguns elementos que nos permitem qualificar o julgamento acima. Neste sentido, as inovações mais importantes derivam da natureza descentralizada da governança decorrente do Acordo de Paris, e das redes descentralizadas e multiníveis que foram construídas e não estão sendo utilizadas em todo o seu potencial.

Essas redes foram implantadas para tratar da ação climática tanto na mitigação quanto na adaptação, com resultados variáveis dependendo dos atores envolvidos, do contexto em que a ação climática ocorre, dos recursos e do financiamento disponíveis, entre outros.

Pergunta 3. *Com relação aos atores, ademais dos estados e das organizações internacionais, qual seria o papel dos mercados de carbono e de outras iniciativas tomadas pelos operadores econômicos nacionais e transnacionais? Qual seria o papel das organizações da sociedade civil? E das Universidades, que tanto têm se adaptado a fim de dar seguimento a suas pesquisas e ao ensino não-presencial no Brasil e no mundo?*

Professor Dr. Bertrand Badie: A principal diferença entre segurança nacional e segurança global é que a primeira está totalmente nas mãos do Estado, enquanto que a segurança global não pode estar exclusivamente nas mãos de um Estado ou de um governo. Isto é fácil de explicar: a segurança nacional depende essencialmente de recursos militares, ao passo que os exércitos estão totalmente nas mãos dos governos. A ameaça global, pelo contrário, depende em parte do comportamento social: um governo não é capaz de conter as ameaças globais - mudança climática, insegurança sanitária, etc. - somente pelos seus próprios meios. Ele pode participar da contenção, mas o principal atrativo deve ser feito pela sociedade civil, e por iniciativas sociais para mudar comportamentos sociais.

Infelizmente, observamos na França e no Brasil, como dois exemplos, uma pressão crescente proveniente do comportamento individual e da tentativa de diferenciar a liberdade individual da liberdade coletiva. A liberdade coletiva é essencial para conter as ameaças globais e adotar políticas que sejam capazes de lidar com elas e promover a solidariedade global. Neste momento, vemos nas ruas de Paris, São Paulo, Brasília, pessoas exigindo o direito individual de decidir por si mesmas o que fazer. Entretanto, um indivíduo não pode fazer nada diante deste risco, pois ele implica ações sociais voltadas para a segurança sanitária, vacinação global, mudança climática, modificando o comportamento coletivo no uso de novos tipos de energia.

Que tipo de ator ou organização é capaz de se encarregar desta transformação dos comportamentos sociais? Primeiro, vamos considerar as ONGs, esta forma moderna de ativismo, mobilizando as pessoas para novos alvos. Sem um papel ativo das ONGs, não podemos alcançar nenhum resultado positivo. Mas, como você mencionou

corretamente, existe outra mediação, que é a educação. A primeira prioridade seria treinar a nova geração para este novo comportamento social, que deve ser aprendido nas escolas, não apenas nas universidades. Quando mencionei que a segurança nacional estava no cérebro de todos os seres humanos, referi-me a um fato muito claro: eles aprenderam na escola todos os dias sobre ameaças como guerras e ameaças estrangeiras. Agora temos que ensinar outro tipo de segurança: não contendo um inimigo, mas dominando o sistema e nos adaptando a novos comportamentos sociais. Essa é uma nova pedagogia que deve ser inventada. Quando essas crianças se tornarem os novos governantes do mundo, elas poderão então promover outra visão e reconsiderar o que a segurança implica.

Dra. Maria Cecília Oliveira: Desde que comecei a pesquisar mudanças climáticas e fui pela primeira vez a uma Conferência das Partes me impressionou a descentralização do tema por uma infinidade de agentes, que passam desde espectros mais formais como as delegações de governos nacionais e organizações internacionais até grupos com agendas específicas como cientistas, movimentos sociais, ONGs, empresas privadas. Desde a realização da COP 24 em Katowice, em 2018, a emergência dos movimentos juvenis ligados ao Fridays for Future, mostram como esta agenda convoca e dissemina inúmeras vertentes, mas também cria novos papéis que gerenciam de forma compartilhada as transformações da agenda climática. Por isso, acredito que hoje não apenas os mercados de carbono, mas uma série de outras iniciativas, reconfiguram mecanismos de mitigação e adaptação, o que reafirma que a agenda climática opera por uma racionalidade própria, inserida numa recorrente ode à reforma do Estado e da economia. Apesar da tentativa de afirmar o engajamento climático como uma via alternativa, vemos muitas vezes sua captura por vias autoritárias que visam minar e disputar descobertas científicas sobre o aquecimento do planeta, ou reafirmações próprias de uma racionalidade neoliberal, de soluções baseadas em setores privatizados ou na ilusão do desaparecimento da relação entre governante e governados. Como todos estes novos atores que compartilham a gestão da política do clima vão criar rupturas e resistências, será certamente algo que pesquisadores, universidades e ativistas terão de inventar, não como inovação, mas como recusa de continuidades presentes e governamentais que pautam a natureza como novo negócio, ou mercado do futuro. Seja ele verde ou não.

Dr. Christopher Kurt Kiessling: A participação de empresas, organizações da sociedade civil, acadêmicos, membros de povos indígenas, entre outros, não é necessariamente um elemento novo na governança da mudança climática em nível internacional, pois desde a primeira Conferência das Partes (COP), em 1995, houve mais ou menos instâncias institucionalizadas de participação de atores não estatais. Este envolvimento de atores não estatais vem crescendo, atingindo um pico na COP 15 em 2009 em Copenhague, o que marcou uma transformação na governança global da mudança climática.

Dois elementos convergiram nesta COP que foram decisivos para entender a estrutura de participação ampliada e o papel dos atores não-estatais nos dias de hoje. Em primeiro lugar, o crescimento sustentado da participação de atores não estatais em Copenhague superou as expectativas da organização e resultou na exclusão de muitos ativistas da sociedade civil da participação nas negociações. Após este evento e a incapacidade dos principais atores estatais de liderar um processo em direção a um novo acordo para substituir o Protocolo de Kyoto, consolidou-se um processo de mobilização social no qual organizações da sociedade civil, movimentos sociais e alguns atores acadêmicos começaram a organizar contra cúpulas, como a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, organizada em 2010 na Bolívia.

Neste contexto, o Acordo de Paris de 2015 representa uma institucionalização da participação de atores não estatais, bem como uma espécie de nacionalização da política climática, na medida em que a lógica de negociação decorrente de Paris é principalmente de baixo para cima.

Assim, no âmbito da governança resultante de Paris, o papel dos atores não estatais é duplo: por um lado, eles continuam seu papel tradicional de pressionar os governos nas negociações (embora a atual pandemia tenha dificultado o exercício desse papel), bem como na arena doméstica para pressionar por um maior compromisso com a ação climática. Por outro lado, empresas, universidades, organizações não governamentais e outros atores não estatais são, e espera-se que sejam, protagonistas em medidas de mitigação e adaptação através de uma ação coordenada em rede, como observado na resposta à pergunta anterior. Assim, um elemento-chave que caracteriza a governança decorrente do Acordo de Paris é o envolvimento necessário de atores não estatais para atingir o objetivo de evitar um aumento de temperatura de mais de 2 graus Celsius, idealmente 1,5.

Pergunta 4. *Diante das dificuldades encontradas no âmbito do multilateralismo universal (Nações Unidas), como as diferentes regiões respondem aos desafios climáticos e sanitários? Que contribuições o regionalismo e suas experiências além do espaço europeu (na África, na América Central, na América do Sul, no Oriente Médio e na Ásia, por exemplo) poderiam trazer para a reflexão sobre possíveis cenários futuros (Green new deals, transições energéticas, transições ecológicas e sociais, etc.)? A opção regional seria uma alternativa viável para pensarmos como viver no Antropoceno diante da crise do multilateralismo universal?*

Professor Dr. Bertrand Badie: Esta pergunta pode ser um pouco pessimista sobre a ONU e otimista sobre as organizações regionais. É correto, nesse ponto, dizer que as organizações regionais são mais fáceis de serem desenvolvidas do que as organizações globais, por razões óbvias. Entretanto, se tivermos uma avaliação sobre a União Europeia (UE), que é considerada uma organização internacional eficaz, o resultado não é totalmente positivo. Mesmo na UE atualmente, as políticas públicas relativas à mudança climática são decididas em última instância por cada Estado-nação. Naturalmente, a UE é capaz de propor ativamente algumas orientações e elas são consideradas como um eixo principal para as políticas públicas nacionais. Mas se um Estado europeu não quiser seguir a orientação europeia, nada acontece. Se considerarmos, por exemplo, a Polônia ou a Hungria, e mesmo a Alemanha, eles têm muitas dificuldades para enfrentar a mudança climática e para conter o uso de energia fóssil. É por isso que nada de realmente positivo está acontecendo dentro da UE com relação à mudança climática. O problema não é regional ou global, o verdadeiro problema é o Estado e a mediação da soberania. Ou seja, um Estado dentro da UE ou da ONU tem a mesma visão e expectativa: manter sua própria soberania e preservar seus interesses nacionais.

Agora, se pensarmos na ONU, eu seria um pouco menos pessimista. Eu diria que, ao enfrentar esta questão, existem duas Nações Unidas: uma "positiva" e uma "negativa". Se você considerar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tudo é conturbado. Quando as questões climáticas são discutidas dentro do CSNU - o que ocorre raramente, cerca de uma vez por ano - todos os delegados concordam em

considerá-las fora das competências do Conselho. Talvez você tenha ouvido falar desta frase pronunciada pelo delegado russo em 2019, no CSNU, durante um debate sobre a mudança climática: O Sr. Vasily Nebenzya disse que era "contraproducente" falar sobre a mudança climática para a segurança humana. Isso é inacreditável, e é a parte "negativa" da ONU: o conceito de segurança nunca foi revisitado pelo Conselho de Segurança da ONU desde 1945!

Por outro lado, temos que considerar o que Kofi Annan uma vez chamou de "multilateralismo social" - social multilateralism -, que de fato existe e é cada vez mais importante no atual sistema da ONU. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, é uma organização muito ativa e conseguiu erradicar a varíola na África e participar da nova política de distribuição de água. Se você considerar a UNICEF, ela desempenhou um papel muito importante na proteção das crianças em todo o mundo. Mas você está certo sobre o caso especial da mudança climática. A ONU não criou uma organização especializada sobre esta questão, e temos que debater sobre isso, mesmo sendo uma pergunta difícil: é necessário ou não criar uma nova instituição? É verdade que a intervenção da ONU sobre o clima é, dentre todas as questões relativas à segurança global, a menos bem desenvolvida. E isto não é uma questão regional ou global, mas diz respeito ao que mencionei em minhas últimas respostas: a mudança na ordem internacional só é possível sob a pressão de dois fatores - custo e medo. O mundo não sente medo suficiente da mudança climática, enquanto o custo da mudança neste campo é percebido como mais alto do que o custo do conservadorismo.

Dra. Maria Cecília Oliveira: A região que mais observo é a bacia Amazônica. Acabei de finalizar um documentário sobre o rio Amazonas e os direitos da natureza, comparando Equador, Peru, Colômbia e Brasil. Este projeto foi realizado durante a pandemia, o que afetou diretamente a estética do filme e o próprio envolvimento dos ativistas e especialistas entrevistados. Efeitos entre o climático e o sanitário. Se sobrepõe neste material os efeitos da pandemia, principalmente sobre povos indígenas e movimentos sociais, e os impactos socioecológicos do extrativismo. Apesar da existência de organizações como a COICA e uma infinidade de ONGs regionais e internacionais que atuam na Amazônia, é importante observar que muitas das lutas que até hoje resistem, o fazem por afirmar a defesa de suas características locais e de uma ética ligada à natureza.

Na primeira semana de outubro chegou a Berlim um grupo de zapatistas que resolveram, apesar da pandemia, viajar pela Europa em forma de protesto. Achei interessante que duas semanas anteriores tivemos também em Berlim uma marcha pelo clima organizada por iniciativas europeias. Apesar de seus organizadores a chamarem de strike (greve), naquele dia nada parou. Comparando os dois eventos na capital alemã, pouco se noticiou sobre os zapatistas e muito sobre a marcha. Os zapatistas não estão na Amazônia, mas desde os protestos antiglobalização na virada do milênio tomam sua luta local como tática, uma forma de desviar o olhar para uma região e animar lutas parecidas. Algo que vimos na história do século XX em acontecimentos como maio de 68, ou, no caso da Amazônia, mobilizações depois da morte de Chico Mendes. Por isso, ver o regionalismo como mero substituto do multilateralismo universal não seria uma saída. Ainda espero que algumas faíscas de lutas específicas, seja na África, Ásia ou América Latina, possam deslocar olhares, e a partir daí criarmos novas conexões e novas formas de viver no planeta.

Professor Dr. Thomas Diez: Precisamos que as regiões avancem porque é mais fácil (entretanto, difícil o suficiente) chegar a um acordo sobre políticas mais rigorosas em nível regional do que em nível global. A literatura discute há muito tempo a relevância dos clubes de vanguarda quando se trata de mudanças climáticas: grupos de estados que dão o exemplo e estão tão estreitamente interligados com outros que suas políticas "transbordam" para outros atores. Sou, portanto, a favor do imposto da UE sobre a fronteira do carbono. Sim, é difícil de implementar e pode desviar os fluxos comerciais, mas se continuarmos debatendo possíveis obstáculos, nunca conseguiremos dar nenhum passo político decisivo, além disso eu diria que o mercado da UE é vital demais para que os produtores simplesmente vendam seus produtos em outro lugar. No entanto, o regionalismo não é uma panaceia. O destino do Protocolo de Kyoto demonstra que não é suficiente se alguns Estados avançarem, e que tais alianças também podem se desfazer rapidamente - embora provavelmente se esperasse que as organizações regionais fossem mais estáveis. Além disso, os clubes de vanguarda também podem se tornar rapidamente complacentes. Nesse sentido, os Estados-membros da UE, incluindo a Alemanha, fizeram muito pouco e muito tarde para expandir sua infraestrutura de energia renovável, melhorar as ligações de transporte público e eliminar gradualmente os motores de combustão.

Dr. Christopher Kurt Kiessling: As Relações Internacionais reconhecem a importância do regionalismo como uma nova escala da política internacional contemporânea, onde as regiões não são apenas o espaço em que as coisas acontecem, mas também atores cada vez mais importantes na política global. Portanto, a agenda climática não é uma exceção a esta tendência.

Desta forma, acredito que o regionalismo pode fazer contribuições extremamente significativas para a construção de uma governança inclusiva e eficaz diante da mudança climática. Atualmente, existem regiões que gozam de maior densidade regional do que outras na abordagem desta questão, sendo o exemplo clássico a União Europeia. No contexto do Sul Global, a União Africana sustenta um regionalismo com uma forte agenda climática, visível principalmente em sua coalizão nas negociações internacionais no âmbito do G77+China.

No caso da América Latina e da América do Sul, a região não conseguiu resolver esta questão a partir de uma plataforma regional. Dois grandes desafios estão surgindo como pré-requisitos para consolidar o regionalismo em questões climáticas na América Latina: primeiro, articular um denominador comum mais baixo nas negociações internacionais que permita a construção de uma identidade negocial comum para sustentar certos valores e interesses regionais. Em segundo lugar, aumentar o volume de interações regionais sobre o tema por parte dos governos, da sociedade civil e do setor empresarial, combinando a construção do regionalismo com uma dimensão de construção de uma agenda regional baseada em processos de regionalização da agenda climática.

Neste sentido, o valor da proteção da biodiversidade, os serviços ecossistêmicos regionais, a diversidade cultural, assim como certos valores comuns como democracia, legalismo e a projeção internacional da região como zona de paz podem ser algumas das bases sobre as quais a construção de uma região em termos de mudança climática pode ser projetada.

Finalmente, a ideia de partidos políticos verdes, no final do século 20, de pensar globalmente e agir localmente pode precisar ser reconfigurada para dar lugar a uma governança em múltiplas escalas que integre o espaço regional como uma arena para a ação climática. A consolidação das regiões não seria apenas um problema de

construção de uma ordem internacional no antropoceno, mas um problema de justiça. Diante de uma crise climática extremamente grave, consolidar o espaço regional sem abandonar outras escalas é vital para evitar que algumas regiões do mundo prosperem às custas do colapso de outras, em um esquema que encoraja novas dinâmicas coloniais.

Contribuições em formato de texto

Embaixador Rubens Ricupero

A pergunta encerra na verdade três indagações: A) quais as lições da crise da Covid-19? B) como essas lições se relacionam com os desafios do regime climático? C) Como as crises sanitária e climática nos ajudam a entender o sentido político do Antropoceno?

A - Quais são os aprendizados ou as lições da pandemia?

A maioria dos comentários tende a dar ênfase à insuficiência indiscutível da resposta multilateral. Um exemplo eloquente se encontra no artigo do Professor Adam Tooze, *What if the Coronavirus Crisis is Just a Trial Run?* (New York Times, 1º setembro 2021, ensaio adaptado do livro *Shutdown: How Covid Shook the World Economy*).

Logo no início do ensaio, Tooze afirma que a lição mais óbvia da pandemia é a mais indigesta: *The world's decision makers have given us a staggering demonstration of their collective inability to grasp what it would actually mean to govern the deeply globalized and interconnected world they have created.*

Em sua opinião, a única área de efetiva coordenação ocorreu em moeda e finanças, graças à ação dos bancos centrais e ministérios de finanças dos países do G-20.

O julgamento me parece exagerado. Nos limites atuais de mandato e recursos, a atuação multilateral, em especial da OMS, foi razoável na disseminação de informações e na tentativa difícil de coordenação de políticas e busca de vacinas. Convém lembrar que, pelo ordenamento vigente, a OMS não possui mandato nem recursos para mais. Além disso, eu questiono sobre que governo agiu de modo decisivo desde o primeiro momento, quando o vírus nem estava identificado, nem se conhecia sua extraordinária velocidade de contágio? Que eu saiba, só Taiwan (cujo vice-presidente é epidemiologista) e, em grau, menor Singapura, Coreia do Sul, Hong Kong, todos escaldados por terem pago um alto preço de vidas nas pandemias da SARS (2002/2003) e da MERS (2015). Portanto, é pouco razoável exigir da Organização um comportamento impecável desde o princípio da epidemia, tendo em vista que seu mandato se limita a monitorar, isto é, acompanhar e disseminar informações sobre as doenças.

Sendo assim, o principal ensinamento da pandemia foi e continua a ser a necessidade de avançar na governança global em matéria de ameaças epidêmicas, dotando essa governança do que ela carece atualmente: mandato específico à OMS ou a uma organização nova (como sugerem alguns), para detectar futuras epidemias e suprimi-las ainda no início, com poderes de inspeção independentes como os da Agência Internacional de Agência Atômica. Uma forma que se pode imaginar para superar as maiores resistências a uma atuação independente da vontade dos governos nacionais, seria criar um corpo de especialistas em pandemias para cooperar nas capitais dos países com as autoridades sanitárias locais. Para tanto, seria também necessário **aumento substancial de recursos não-vinculados pelos doadores**, corrigindo a tendência de doações à OMS com destinação previamente determinada pelos doadores, atores estatais ou não-governamentais como a Fundação Bill e Melinda Gates (segunda maior doadora após o governo dos Estados Unidos). Infelizmente, a exacerbação do nacionalismo das grandes potências têm levado à tentativa de instrumentalizar as organizações internacionais, colocando-as a serviço de interesses nacionais por meio do controle do financiamento. Isso se faz às vezes pelo corte de contribuição, pela ameaça ou suspensão de verbas, como fez recentemente o presidente Trump como “castigo” à OMS.

Ao julgar o papel do multilateralismo frente à pandemia (paralisa do Conselho de Segurança, ação modesta do G-20 no alívio de dívida, escassa cooperação no fornecimento de equipamentos e remédios), impõe-se distinguir o que é responsabilidade dos organismos internacionais do que resultou de decisões políticas dos atores nacionais. Na prática, é sabido que o essencial das medidas de combate à doença se concentrou na esfera estritamente interna, com baixo nível de cooperação, mesmo no seio de entidades com aspirações supranacionais como a União Europeia. O “nacionalismo das vacinas”, antes o “nacionalismo dos respiradores” ou dos equipamentos de proteção, não é culpa da OMS.

É a consequência inelutável de um sistema internacional ainda organizado na base de Estados soberanos, que, naturalmente, colocam o interesse nacional acima das ações cooperativas e globais. Foi essa atitude que marcou na pandemia a ação de quase todos os grandes centros de poder – EUA, China, Rússia – com posições mais matizadas da parte dos europeus. Os grandes se comportaram de acordo com a frase de estadista italiano da época da Grande Guerra, que definia o interesse nacional como “il sacro

egoísmo”. Os resultados ficaram obviamente muito aquém do que poderia ter sido, mas isso ocorre em qualquer campo, não é particularidade da pandemia.

Convém lembrar que a Covid-19 foi a primeira pandemia verdadeiramente global em cem anos, desde a Gripe Espanhola de 1918. As epidemias registradas nesse intervalo de um século – gripe chinesa, gripe de Hong Kong, SARS, MERS, Ebola – foram contidas na região ou no continente de origem, alimentando uma perigosa complacência em relação à possibilidade de uma onda epidêmica de proporções planetárias. Levando em conta a falta de experiência geral e as limitações da OMS, creio que o balanço não é tão desfavorável como se tende a crer.

Nesse sentido, não se deve esquecer que o desempenho frente à pandemia deixou muito a desejar mesmo no âmbito de governos nacionais de capacidade de ação e recursos incomparavelmente superiores aos das organizações internacionais. A verdade é que país nenhum se saiu bem do desafio. Com o avanço da pandemia, até os que no início pareciam melhores que outros acabaram por cometer erros graves. Por outro lado, o desenvolvimento de várias vacinas em menos de um ano e o aperfeiçoamento da vacinação e dos métodos de tratamento refletiram uma curva de aprendizado acelerada e notável.

B - Como se relacionam a crise sanitária e a climática?

Embora a pandemia da Covid-19 e a mudança climática tenham em comum a característica de serem ambas globais, isto é, afetam o planeta como um todo, sem exceção de países, elas se diferenciam em vários aspectos importantes. A fim de usar a diferenciação cara a Fernand Braudel e à escola historiográfica da revista *Annales*, na França, as epidemias ou pandemias constituem **eventos** ou **acontecimentos**, de duração limitada no tempo, em geral de 18 a 24 meses. Em contraste, a mudança climática ou o aquecimento global representam uma **tendência estrutural, profunda e de longo prazo**.

A primeira diferença se dá, portanto, na duração, no tempo. De maneira geral, os eventos, mesmo gravíssimos, podem provocar efeitos importantes, mas que tendem a se atenuar com o tempo. A Gripe Espanhola, por exemplo, foi terrível enquanto durou; uma ou duas décadas depois, estava em boa parte esquecida.

Ao contrário, as forças profundas, estruturais, de longo prazo (mudanças demográficas, climáticas, culturais e científicas, entre outras) são as responsáveis pelas grandes

transformações históricas, demorando às vezes mais de um século para se completarem. Cedo ou tarde, a Covid-19 deixará de ser um problema maior. No entanto, nas próximas décadas, em 2050 ou 2100, as mudanças desencadeadas pelo aquecimento global continuarão a se fazer sentir, cada vez com intensidade maior.

Outra diferença é que as pandemias, assim como as guerras, produzem efeitos imediatos: mortes, destruição, paralisia econômica. Não há como deixar de enfrentar esses efeitos, pois eles são sensíveis e de curto prazo. Já no caso de tendências seculares como a mudança climática, os danos e prejuízos se manifestam apenas de modo gradual, progressiva, criando ilusões a respeito de sua gravidade ou inevitabilidade.

É mais fácil em tese desenvolver políticas públicas exigentes em alto custo humano e financeiro quando se trata de combater uma pandemia ou para repelir uma invasão militar do que para neutralizar a elevação do nível dos oceanos daqui a 50 ou 100 anos. Foi o que se viu na disposição dos governos de gastarem o que fosse necessário para enfrentar a Covid, deixando de lado preocupações com orçamentos ou aumento da dívida. Nada semelhante se verificou até hoje na luta contra o aquecimento global.

Os norte-americanos falam da importância de encontrar para resolver certos problemas o que chamam de *moral equivalent of war*, isto é, de um fator capaz de gerar um esforço mobilizador comparável ao da guerra. Pois bem, a pandemia certamente revelou possuir essa equivalência, a mudança climática, não.

C - Como a pandemia e o aquecimento global ajudam a compreender o papel político do Antropoceno?

Ou melhor, ***por que dois fenômenos globais, ambos característicos da era do Antropoceno, provocam reações de políticas públicas tão diferentes?***

As razões podem ser muitas, mas a principal tem a ver, como já apontado, com o caráter imediato das perdas e danos, aquilo que às vezes se descreve como o ***perigo presente e imediato***. É possível por isso que os governos só se decidam a fazer o necessário em matéria de mudança climática no momento em que as perdas em vidas e destruição de habitats humanos atinjam dimensões incalculavelmente maiores do que hoje, tornando-se de fato insuportáveis. Outra questão é saber se, em tal momento, as mudanças serão ou não irreversíveis.

Existe também uma razão adicional para explicar por que, tanto na pandemia quanto no aquecimento global, os governos continuam a agir dentro de perspectiva nacional e não global. Ao se falar de fenômenos globais do Antropoceno, subentende-se que eles só podem ser efetivamente enfrentados de maneira planetária. Isso pode ser verdade em última análise, no sentido, por exemplo, que se a vacinação não for universal, cedo ou tarde surgirão mutações que afetarão até os que completaram a vacinação. Ou, no caso da mudança climática, como ela depende da atmosfera do planeta, nenhum país poderia resolver o desafio apenas dentro de suas fronteiras.

Na prática, entretanto, os governos podem ter a ilusão de que é mais fácil e praticável agir de modo nacional. No caso da Covid-19, os países mais avançados na vacinação já desfrutam de queda de casos e consequente volta às atividades normais que, ao menos por enquanto, parecem permitir uma situação satisfatória, mesmo na ausência de vacinas para a maioria mais pobre de grande parte da humanidade. Eticamente trata-se de posição indefensável. Na prática, é o que a maioria vem fazendo.

Pode-se argumentar que a abordagem nacional seria mais viável no caso das crises sanitárias do que na mudança climática, que, por definição, depende da atmosfera e não comporta barreiras nacionais. Mesmo nessa área, não faltam, contudo, países situados em latitudes altas como o Canadá, a Rússia, a Suécia e a Noruega, que teriam ganhos com a ampliação da estação de produção agrícola. Ou que, por serem mais ricos em recursos financeiros e tecnológicos, podem se sentir mais capazes de realizar obras de adaptação que os protejam dos piores danos do aquecimento.

A longo prazo, o argumento pode se revelar ineficaz. Ele serve, no entanto, para demonstrar que a globalidade de um fenômeno do Antropoceno não implica necessariamente o abandono da ilusão da solução nacional, local ou regional, em detrimento da global e solidária.

D – Como o atual regime climático mundial responde aos desafios do Antropoceno?

De maneira visivelmente insuficiente. Transcorridos quase 30 anos da adoção no Rio de Janeiro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática e às vésperas da 26ª Reunião das Partes Contratantes da Convenção, ainda não se alcançou solução capaz de reduzir o risco de aquecimento global a níveis toleráveis. O atual regime

climático terá de ser substancialmente reforçado caso se deseje evitar catástrofes ambientais nas próximas décadas.

E – *Haveria inovações em matéria de mitigação e adaptação?*

É claro que se pode imaginar iniciativas e políticas mais eficazes em matéria de mitigação, por exemplo, as chamadas soluções baseadas na natureza ou em adaptação. A fórmula dual mitigação/adaptação, adotada pelo IPCC e outras entidades, deverá, porém, cedo ou tarde, ser ampliada a fim de levar em conta modalidades hoje ainda muito controvertidas, tais como a retirada de dióxido de carbono da atmosfera em dimensões muito superiores ao que se vem fazendo até agora e soluções baseadas em geo-engenharia.

F – *Papel de outros atores: mercados de carbono, entidades da sociedade civil, universidades, empresas?*

Existe campo cada vez mais amplo para a ação coordenada de atores não-estatais tanto na conscientização do problema quanto na formulação e execução de soluções. Nenhum desses atores poderá, no entanto, desempenhar papel substitutivo dos atores estatais, dos quais depende na verdade a possibilidade da existência das soluções efetivas. Veja-se o exemplo dos mercados de carbono, ou melhor ainda, de sua precondição, a necessidade de precificação adequada do carbono. Basta olhar para a dificuldade hoje insuperável de um ator nacional central como o governo dos Estados Unidos nessa área para compreender como as soluções definitivas terão de passar pelos estados.

G – *Possibilidade de mecanismos e instituições regionais substituírem o multilateralismo universal das Nações Unidas na busca de solução?*

Vejo aqui a mesma impossibilidade apontada na resposta ao quesito anterior. O papel do regionalismo pode se revelar importantíssimo como catalisador e impulsionador de soluções pioneiras, como exemplo e modelo a ser imitado. É o que hoje se verifica apenas em um caso, o da União Europeia, indiscutivelmente o ator mais avançado na adoção de políticas e fórmulas efetivas de combate ao aquecimento global. Ainda assim, caso os demais grandes responsáveis pelas emissões não façam esforços comparáveis, a ação da UE por si só se mostrará insuficiente.

O multilateralismo das Nações Unidas é como o ator estatal: sem ele, por mais árduo que pareça obter consenso entre quase 200 entidades soberanas, não será possível superar o desafio. Aliás, o que explica a insuficiência do mecanismo é a relutância até agora dos atores estatais nacionais, sobretudo dos mais poderosos, em permitir que o mecanismo funcione efetivamente. É uma ilusão imaginar que a dificuldade maior provenha de defeitos do mecanismo ou do processo onusiano. Tem havido inúmeras tentativas de arranjos supostamente mais efetivos: G7, G8, G20, BRICS etc. Em nenhum desses arranjos se conseguiu resultados nitidamente melhores que na abordagem da ONU. **O problema é de substância, não de processo**, deriva da dificuldade inerente ao problema, dos sacrifícios indispensáveis a fim de encontrar formas de produção e consumo diversas das consagradas pela Revolução Industrial. Insistir em mudanças processuais é ilusão que levará a um beco sem saída.

Professora Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue

Penso que a crise da pandemia da Covid-19 tem nos ensinado muitas lições em diferentes dimensões e escalas. Desde os desafios pessoais de perder entes queridos, distanciamento social e trabalho de casa até as consequências socioeconômicas do desemprego, aumento da pobreza, desigualdade e fome, esta pandemia tem nos mostrado que não podemos resolver nenhum problema sem a cooperação internacional e global entre diferentes atores. Por exemplo, as vacinas foram produzidas em um tempo recorde graças à cooperação entre cientistas. Entretanto, se ainda não estão disponíveis para todos, é em grande parte devido à falta de cooperação. Os acordos de cooperação global também poderiam ter impedido a propagação do vírus se houvesse procedimentos internacionais transparentes e claros de alerta e sanitários.

Esta pandemia também evidenciou que silo approaches não podem nos levar muito longe, considerando que a causa raiz da pandemia de Covid-19 está relacionada à exploração da vida selvagem, ao desmatamento e aos sistemas alimentares, e que a vulnerabilidade de grandes grupos populacionais se deve às condições de saúde subjacentes relacionadas aos sistemas alimentares e aos sistemas de saúde pública desfavorecidos. Além disso, a crise socioeconômica global conjunta é uma consequência da falta de preparação para enfrentar esta pandemia, já prevista por muitos especialistas. Assim, se quisermos evitar outras pandemias, temos que pensar na relação entre economia, mudança climática, perda de biodiversidade, sistemas alimentares e saúde.

Além disso, a Covid-19 pode ser vista como a primeira manifestação global imediata do que significa viver no Antropoceno, e é provável que tenha implicações profundas na forma como entendemos a vida no planeta.

O Antropoceno pode ser concebido como a época geológica em que as sociedades humanas estão afetando profundamente os sistemas da Terra. Assim, não é mais possível (se alguma vez foi) separar natureza e sociedade, ou a esfera ambiental no sentido geo-biofísico da esfera social. Entretanto, a maioria das sociedades se organizou à parte da natureza. Os modos de produção, consumo, moradia, transporte, ciências e cultura têm funcionado como se o planeta fosse um sistema aberto. A modernidade foi construída como um tempo de domínio da humanidade sobre a natureza, e o planeta ou como uma fonte infinita de recursos ou como grandes sumidouros de resíduos sólidos, gasosos e líquidos.

Desde a profunda aceleração econômica de meados do século XX, a humanidade vem utilizando os recursos da Terra em um ritmo altamente acelerado, provocando a perda da biodiversidade e a extinção em massa de espécies, e produzindo cada vez mais resíduos, poluindo o solo, os corpos de água doce, o oceano e a atmosfera, alterando o sistema climático e outros geo-biofísicos, estando assim perto de afetar a estabilidade planetária de forma permanente. Tudo isso tem acontecido em um mundo profundamente desigual, onde a fome, a violência e a pobreza ainda fazem parte das vidas de seres humanos e não-humanos.

A humanidade está mudando a Terra. No entanto, a humanidade não é homogênea, e nem todos os grupos e sociedades são igualmente responsáveis, ou podem estar diretamente ligados aos motores das mudanças socioambientais globais. Assim, o Antropoceno é também um tempo de contradições, contestação e crise combinada. Como um todo, talvez, todos estejam sentindo as mudanças. Entretanto, os pobres, os idosos, os povos indígenas, as mulheres e as pessoas com deficiência podem ter menos recursos para lidar com os impactos negativos da mudança climática, do desmatamento e da perda da biodiversidade do que os mais favorecidos. Além disso, as crianças e os jovens de hoje experimentarão ainda mais as consequências das mudanças ambientais globais no futuro. Políticos, empresários e consumidores estão tomando decisões hoje que terão consequências para as gerações futuras. Além disso, outras espécies de animais, plantas, microrganismos e ecossistemas estão à beira da destruição sem qualquer capacidade de defesa no processo. Neste sentido, o Antropoceno é também um tempo para pensar em termos de justiça planetária, ou seja, para considerar a justiça através do tempo, do espaço, das espécies, dos modos de vida e do conhecimento.

Politicamente, esta nova época deveria nos fazer repensar a política e as políticas públicas, pois agora é completamente evidente que os problemas mais relevantes e urgentes enfrentados pela humanidade e outros seres estão interligados e se estendem pelo espaço e pelo tempo. Todos os atores - organizações estatais e interestaduais, mercados, sociedades civis - devem participar na busca de soluções criativas e na construção de novos arranjos institucionais para superar os impasses das relações multilaterais e bilaterais. Nesse sentido, as universidades, organizações educacionais e de pesquisa têm um papel especial de fomentar um novo e inovador pensamento conceitual e teórico e de contribuir para antecipar desafios, apontando os limites e as possibilidades de soluções à frente e, sobretudo, para re-imaginar futuros.

Participantes

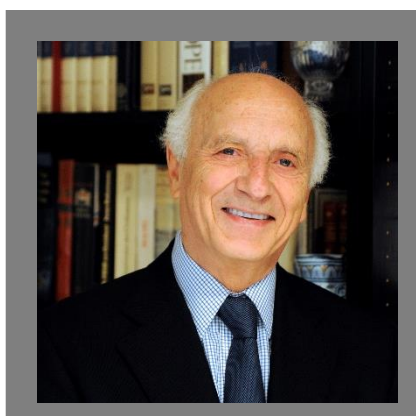
Professor Dr. Bertrand Badie



Bertrand Badie é Professor Emérito de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Sciences Po Paris. Ele é Diretor do Programa de Doutorado em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos de Paris (IEP). Ele foi Diretor do *Center for International Peace Studies and Conflict Resolution* da Rotary Foundation - *Institut d'Etudes Politiques* e Diretor de Publicações da Imprensa de Sciences Po (Imprensa Universitária). Ele foi membro do Comitê Executivo da Associação Francesa de Ciência Política, membro do Comitê Executivo da International Political Science Association (IPSA), e

Presidente do Programa do 26º Congresso Mundial da IPSA. Bertrand Badie é membro do conselho consultivo de várias revistas, tais como a *European Review of International Studies* (Chairman), o *International Journal of Human Rights*, o *Journal of International Relations and Development*, o *Contemporary Politics*, o *Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, o *Etudes Internationales*, e o *Indian Journal of Law and International Affairs*. É autor de vários livros, incluindo "The Sociology of the State" (Chicago University Press, 1980) com Pierre Birnbaum, "The Imported State" (Stanford University Press, 2000), e editor da "International Encyclopedia in Political Science" (Sage, 2011) e do "Handbook of political science" (Sage, 2020) com D. Berg-Schlosser e L. Morlino. Badie tem Graduação Avançada em História do Século XX (IEP), Doutorado em Ciência Política (IEP), mestrado em Ciência Política (IEP), graduação em Estudos Jurídicos (Universidade Paris 1) e Diploma com honras (IEP).

Embaixador Rubens Ricupero



Nascido em São Paulo (1º de março de 1937), foi diplomata de carreira, aposentando-se após ocupar a chefia das embaixadas do Brasil em Genebra, Washington e Roma. Exerceu os cargos de Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, bem como de Ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), cabendo-lhe nessas últimas funções lançar a nova moeda brasileira, o real, em julho de 1994. Entre 1995 e 2004, por eleição da Assembleia Geral das Nações Unidas, dirigiu como Secretário Geral a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra.

Atualmente é Diretor da Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo.

Foi professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil do Instituto Rio Branco e de Teoria das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. É autor de vários livros e ensaios sobre história diplomática, além de obras sobre relações internacionais, desenvolvimento econômico e comércio mundial. Seu último livro é *A diplomacia na construção do Brasil, 2017*, uma história das relações internacionais do Brasil desde a época colonial até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Professor Dr. Thomas Diez

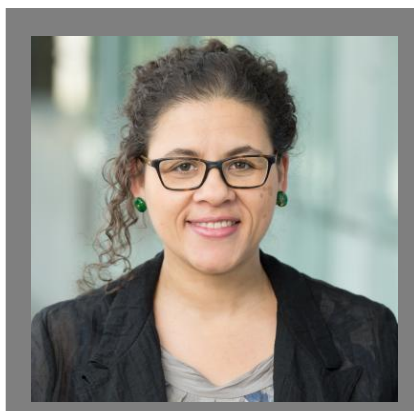


Thomas Diez é Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade de Tübingen. Ele recebeu seu PhD da Universidade de Mannheim em 1999. De 1997 a 2000, foi Research Fellow no Copenhagen Peace Research Institute e, posteriormente, de 2000 a 2009, Professor, Conferencista Sênior e depois Professor de Relações Internacionais e Chefe de Departamento na Universidade de Birmingham. Ele ingressou em Tübingen em abril de 2009. Thomas também lecionou em Copenhague, Aarhus, Munique e Victoria (BC). Entre suas publicações estão “The Routledge Handbook on Critical European Studies” (co-editor, Routledge, 2021), “The EU and Global Climate Justice” (co-autor, Routledge, 2021); “The EU, Promoting Regional Integration, and Conflict Resolution” (co-editor, Palgrave 2017), “The Securitisation of Climate Change” (co-autor, Palgrave, 2016), “Key Concepts in International Relations” (co-autor, Sage 2011), “An Introduction to International Relations Theory: Perspectives and Themes” (co-autor, terceira edição Pearson 2010), “European Integration Theory” (co-editor, segunda edição Oxford UP 2009) e “Cyprus: A Conflict at the Crossroads” (co-editor, Manchester UP 2009). Em setembro de 2009, recebeu o Prêmio Anna Lindh por sua contribuição no campo de Estudos de Política Externa e de Segurança Europeia. Thomas foi Presidente da European International Studies Association (EISA) 2015-7..

Professora Dra. Cristina Yumie Aoki

Cristina Yumie Aoki Inoue é Professora Associada do Environmental Governance and Politics chair group do Departamento de Geografia, Planejamento e Meio Ambiente (GPE) da Universidade de Radboud, Holanda, e pesquisadora sênior voluntária do Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Ela foi Visiting Scholar do Programa Internacional das Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais (IHDP), Universidade das Nações Unidas (UNU), Bonn (2009), e Visiting Fellow da School of Global Environmental Sustainability, Colorado State

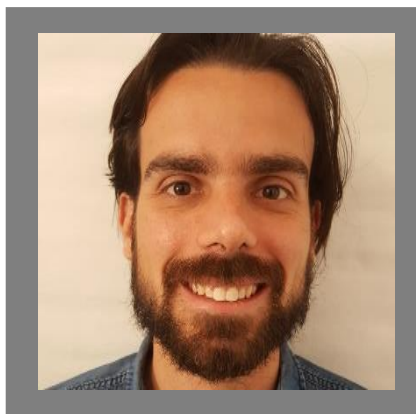
University (2016-2017). Atualmente, ela é membro do Comitê de Direção Científica do Earth System Governance (ESG) research network e foi uma das principais coordenadoras do Plano de Ciência e Implementação do ESG. Ela foi Presidente do Programa (2017-2018) e Presidente (2018-2019) da International Studies Association's Active Learning in International Affairs Section (ALIAS). Cristina é bacharel em Relações Internacionais (1991), mestre em Estudos de Desenvolvimento, Institute of Social Studies, Holanda (1994) e também mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (1995). Ela é PhD em Desenvolvimento Sustentável (Política e Gestão Ambiental), pela Universidade de Brasília (2003). Seus temas de pesquisa estão relacionados à política do planeta e ao Antropoceno, cooperação internacional para o desenvolvimento, Earth System Governance/Governança Ambiental Global na Amazônia, com foco em questões de biodiversidade, justiça epistêmica, socioambientalismo e redes de atores. No início de sua carreira, ela trabalhou na Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dra. Maria Cecilia Oliveira

Maria Cecilia Oliveira é líder de projetos para o grupo Reconfigurações democráticas de transformações de sustentabilidade no Institute for Advanced Sustainability Studies, Potsdam, Alemanha. Ela é PhD em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e foi bolsista Fulbright no Earth Institute, Columbia University, EUA. Sua tese "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Vida Segura e Governança Planetária" se concentrou sobre os efeitos dos ODM no Brasil e as novas conexões entre desenvolvimento e segurança. Suas principais

áreas de estudo são mudanças climáticas, abordagens críticas à sustentabilidade, ciência ambiental, justiça social, organizações internacionais e desenvolvimento.

Dr. Christopher Kurt Kiessling



Bolsista de pós-doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) co-financiado pela Universidade Católica de Córdoba. Coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais (Universidade Blas Pascal). Professor de graduação e pós-graduação na Universidade Católica de Córdoba e na Universidad Blas Pascal.

Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Desenvolvimento Humano e Especialista em Economia e Direito da Mudança Climática pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO Argentina). Ele também é formado em Relações Internacionais e em Ciência Política pela Universidade Católica de Córdoba.